



Número: **0028605-55.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 6ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **12/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                               |                    | Procurador/Terceiro vinculado                            |                            |
|------------------------------------------------------|--------------------|----------------------------------------------------------|----------------------------|
| DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANCA (AUTOR)                   |                    | KARINA ANGELICA MONTEIRO DA COSTA (ADVOGADO)             |                            |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU) |                    |                                                          |                            |
| ARUANA SEGUROS S.A. (RÉU)                            |                    |                                                          |                            |
| Documentos                                           |                    |                                                          |                            |
| Id.                                                  | Data da Assinatura | Documento                                                | Tipo                       |
| 44971897                                             | 12/05/2019 18:51   | <a href="#">Petição Inicial</a>                          | Petição Inicial            |
| 44971898                                             | 12/05/2019 18:51   | <a href="#">Petição Inicial PDF</a>                      | Petição em PDF             |
| 44971899                                             | 12/05/2019 18:51   | <a href="#">Procuração e declaração hipossuficiência</a> | Procuração                 |
| 44971900                                             | 12/05/2019 18:51   | <a href="#">Documentos Pessoais do Autor</a>             | Documento de Identificação |
| 44971901                                             | 12/05/2019 18:51   | <a href="#">Pagamento Administartivo</a>                 | Outros (Documento)         |
| 44971902                                             | 12/05/2019 18:51   | <a href="#">Boletim de Ocorrência</a>                    | Outros (Documento)         |
| 44971903                                             | 12/05/2019 18:51   | <a href="#">Laudos Médicos</a>                           | Outros (Documento)         |
| 45206334                                             | 17/05/2019 11:02   | <a href="#">Despacho</a>                                 | Despacho                   |
| 45386287                                             | 20/05/2019 18:00   | <a href="#">Intimação</a>                                | Intimação                  |

em anexo, formato pdf.





KARINA ANGÉLICA MONTEIRO DA COSTA  
ADVOGADA - OAB/PE 42.499

AO JUÍZO DA \_\_ VARA CÍVEL DA CAPITAL DE PERNAMBUCO.

### **DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANÇA**

brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 9.867.373 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 124.587.724-04, residente e domiciliado na Rua João Moenda, 20 A, Alto Dois Irmãos, Paudalho-PE, por sua bastante procuradora que esta subscreve, conforme procuração anexa, Karina Angélica Monteiro da Costa, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE sob o nº 42.499, com endereço na Rua São Miguel, 34, Centro, Paudalho-PE, CEP 55825-000, endereço eletrônico: karinacmonteiro@hotmail.com, vem respeitosamente, com fulcro no artigo 3º, alínea "b", da Lei 6.194/74, com as alterações advindas da Lei nº 8.441/92, MP 340/06, confirmadas posteriormente pelo art. 8º da Lei nº 11.482/07, assim como da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

### **AÇÃO REIVINDICATÓRIA COMPLEMENTAR DE COBERTURA SECURITÁRIA – DPVAT**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n.09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205 e **ARUANA SEGUROS S/A**, inscrita no CNPJ n. 07.017.295/0001-58, situada à Av. Dantas Barreto, nº 507, salas 1214/1215, Santo Antonio, Recife/PE, CEP 50.010-921 pelos fundamentos fáticos e jurídicos a serem deduzidos a seguir:

#### **I. DA JUSTIÇA GRATUITA**

A parte autora é pobre na forma da lei, está desempregada, não possui como arcar com o pagamento de custas e demais despesas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, razão pela qual, pede a concessão dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA em qualquer instância, nos termos da Lei nº. 7.115/83 e dos arts. 98 e 99, 4º, do Código de Processo Civil, juntando para tal fim, declaração de hipossuficiência que segue anexa.

Rua São Miguel, 34, 1º Andar, Centro, Paudalho-PE, CEP: 55825-000.  
Fone: (81) 99785-0575. E-mail: karinacmonteiro@hotmail.com

1





**II. PRELIMINARMENTE: DO NÃO INTERESSE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. ART. 319. VII CPC. – PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE PERITO – CONVÊNIO 05/2015 TJPE.**

A Seguradora Líder, responsável pelo pagamento das indenizações do Seguro DPVAT, realizou convênio com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a finalidade de custear os honorários dos peritos, indicado e nomeados por Vossa Excelência, conforme Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015.

Como a prova pericial, nestes tipos de ações, é imprescindível para a solução da lide, e seguindo o que prevê o novo código de processo civil em seu artigo 319, inciso VII, vem a parte autora manifestar que **não tem interesse em participar da Audiência de Conciliação e Mediação**, tendo em vista que se faz necessário à realização da perícia medica para atestar e graduar a debilidade da parte autora em decorrência acidente de trânsito em questão. **Diante do exposto, requer a nomeação do perito judicial, em conformidade com Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015.**

**III. DOS FATOS**

O autor é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), posto que o mesmo foi **vítima de acidente de trânsito no dia 29/06/2018**, ocorrido no município de Paudalho-PE, conforme vasto conjunto probatório que compõe estes autos, tais como Boletim de Ocorrência Nº **18E0137001993**, documentos médicos, dentre outros.

Em virtude do acidente, mesmo depois de todo esforço para se reabilitar, o Autor ficou acometido de **debilidade permanente NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO**, o que prejudicou totalmente o exercício de suas atividades profissionais e rotineiras, conforme documentos médicos colacionados.

Ao formular o requerimento administrativo (**SINISTRO Nº 3180470579**) para recebimento da indenização decorrente de **INVALIDEZ PERMANENTE**, juntos as empresas Demandadas, a Seguradora LIDER efetuou o pagamento parcial da cobertura, **pagando apenas o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, conforme comprovante administrativo em anexo.

Ocorre que tal pagamento não está em consonância com a realidade dos fatos, pois a quantia certa para cobertura do presente caso deve ser de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), **HAJA VISTA QUE NO CASO EM QUESTÃO OCORREU DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO, OU SEJA, INVALIDEZ TOTAL**, conforme documentos médicos em anexo.







KARINA ANGÉLICA MONTEIRO DA COSTA  
ADVOGADA - OAB/PE 42.499

Vale salientar que a invalidez do requerente já foi atestada pela própria seguradora, vez que reconhecendo a incapacidade adquirida do requerente efetuou apenas parte do pagamento devido, mesmo sabendo que o valor efetivamente devido era bem superior.

Deste modo, inconformada com a conduta da parte Ré, não resta alternativa a parte autora que não seja a de se valer da tutela jurisdicional que lhe é assegurada Constitucionalmente.

## **V. DO DIREITO**

Sendo a parte requerente vítima de acidente de veículo automotor, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, alínea “b” da aludida lei.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

A finalidade principal do seguro em tela é estabelecer a garantia de uma indenização mínima, onde o pagamento resulta do simples evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva das seguradoras que formam o consórcio DPVAT pelos danos pessoais que venham a causar às vítimas de trânsito, independente da apuração da culpa.

Essa garantia, no caso de invalidez permanente, é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), determinado pelo Art. 8º da Lei nº. 11.482/07 e Lei nº. 11.945/09, que ampara a pretensão da presente ação.

No entanto, conforme mencionado anteriormente, a empresa seguradora pagou a indenização a menor, pois a quantia certa para cobertura de invalidez permanente, conforme legislação regulamentadora da matéria é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pois a invalidez é total.

**Quanto à invalidez permanente da parte autora, os documentos médicos juntados aos autos comprovam de forma cristalina que a parte autora tornou-se portadora, exclusivamente em razão do acidente de sequelas de caráter definitivo e irreversível.**

Ocorre que, tentando a parte autora ingressar por via administrativa, receber o seguro que lhe é de direito, recebeu como resposta ao seu sinistro, o pagamento indenizatório no valor de:

|                                  |                  |
|----------------------------------|------------------|
| <b>PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:</b> | <b>R\$843,75</b> |
|----------------------------------|------------------|





Ora Excelência, o valor pago à parte autora demonstra, no mínimo, um total desrespeito com a legislação vigente, sendo um absurdo realizar o pagamento parcial fracionado ou nem realizar o pagamento do referido seguro ao beneficiário.

Vale ainda salientar que a ré abusa de sua posição na relação obrigacional e não cumpre com a sua obrigação imposta em lei, tornando a efetivação do direito dos segurados do DPVAT cada vez mais difícil.

Ao descumprir uma obrigação legal, a seguradora ré torna um processo que deveria durar cerca de 30 dias, em um calvário que normalmente se estende por vários anos, fazendo com que pessoas acidentadas e extremamente debilitadas tenham que passar por constrangimentos por falta de dinheiro, já que sem condições de trabalhar e sem o dinheiro do seguro, que lhe é de direito, precisam pedir ajuda a terceiros e até contrair empréstimos a juros altíssimos. Além do constrangimento de ver o seu direito tolhido sem o menor escrúpulo e receber um valor bem inferior ao esperado.

Não sendo o bastante, a seguradora ré sempre contesta as alegações dos demandantes informando que a quantia já liberada fora paga de acordo com a lesão atestada. No entanto, a simples afirmação não é suficiente, pois a seguradora nunca informa o procedimento realizado para chegar a tal conclusão, podendo-se afirmar que a mesma faz o pagamento de valores sem o menor sentido, razão pela qual vem a juízo impugnar o pagamento administrativo.

Deste modo, não deve prosperar qualquer SIMPLES alegação da seguradora ré de que realizou a liquidação do sinistro corretamente, tentando ludibriar o entendimento deste D. Juízo e prejudicar o direito da parte demandante através de leis e tabelas, a menos que haja a comprovação cabal de que o exposto esteja subsumido ao presente caso.

**Portanto, diante dos fatos aqui narrados, bem como pela legislação apresentada pelo vasto entendimento jurisprudencial que existe nos tribunais superiores, requer que a parte ré seja condenada ao pagamento da correta indenização pelo seguro DPVAT, arcando com o valor complementar de R\$ 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) por ser do mais límpido direito da parte autora.**

## DOS PEDIDOS

Face o exposto, requer que se digne determinar:

- a) Que seja deferido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, nos termos da Lei nº. 7.115/83 e dos arts. 98 e 99, 4º, do Código de Processo Civil, por ser a





KARINA ANGÉLICA MONTEIRO DA COSTA  
ADVOGADA - OAB/PE 42.499

autora pobre na acepção legal, não podendo arcar com as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio;

b) Acatar o pleito do(a) Demandante para a não realização da audiência de conciliação prévia/ mediação, nos termos do parágrafo 5º do Art. 334, uma vez que nesta matéria, as Demandadas não apresentam proposta de acordo. (art. 319, VII do CPC/15);

c) Requer a citação das requeridas, a fim de responderem aos termos da presente demanda, sob pena de revelia;

d) Requer que as Requeridas apresentem todos os documentos que compõe o processo administrativo;

**e) Requer que seja nomeado perito judicial para realização de perícia, com o fim de graduar a debilidade da parte autora, de acordo com a Instrução Normativa de n. 5/2015, que firma convênio para realização de perícias para estes fins.**

**f) JULGAR PROCEDENTE a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação das Demandadas no pagamento do complemento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no importe de R\$ 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), desde data do prejuízo até o efetivo pagamento, acrescido de juros, correção monetária;**

g) Condenar o INSS ao pagamento de custas, despesas e de honorários advocatícios sucumbenciais, na base de 20% (trinta por cento) nos moldes da legislação processual civil;

h) A retenção de 30% (trinta por cento) do valor da condenação a título de pagamento dos honorários advocatícios, consoante autorização expressa da parte autora na procuração com cláusula de onerosidade e de retenção;

Protesta por todos os meios de provas em direito admitidas, de logo, requeridas, como juntada de documentos, perícias, diligências, testemunhas, e tudo mais que se tornar necessário.

Requer ainda o Suplicante a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.

**Dá-se a causa o valor de R\$ 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).**

Termos em que, pede Deferimento.

5

Rua São Miguel, 34, 1º Andar, Centro, Paudalho-PE, CEP: 55825-000.  
Fone: (81) 99785-0575. E-mail: karinacmonteiro@hotmail.com





KARINA ANGÉLICA MONTEIRO DA COSTA  
ADVOGADA - OAB/PE 42.499

Recife-PE, 12 de maio de 2019.

*KARINA A. MONTEIRO DA COSTA*  
*OAB/PE 42.499*





KARINA ANGÉLICA MONTEIRO DA COSTA  
ADVOGADA - OAB/PE 42.499

Rua São Miguel, 34, 1º Andar, Centro, Paudalho-PE, CEP: 55825-000  
Fone: (81) 99785-0575. E-mail: karinacmonteiro@hotmail.com

## PROCURAÇÃO

|                                                                      |                            |            |
|----------------------------------------------------------------------|----------------------------|------------|
| OUTORGANTE: <u>Douglas Oliveira de Franca</u>                        |                            |            |
| Brasileiro(a)                                                        | Estado civil:              | Profissão: |
| RG: <u>986.737.3</u>                                                 | CPF: <u>124.587.724-04</u> |            |
| ENDEREÇO: <u>Rua João Inácio nº 20A - Alto dos Amigos - Paudalho</u> |                            |            |

**OUTORGADA:** Dr(a). KARINA ANGÉLICA MONTEIRO DA COSTA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco, sob nº. 42.499, com endereço na Rua São Miguel, nº 34, 1º Andar, Centro, Paudalho-PE, onde recebe intimações e notificações, endereço eletrônico: karinacmonteiro@hotmail.com.

**PODERES E FINS:** Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante nomeia e constitui a outorgada como sua procuradora para defender seus direitos e interesses perante o foro em geral, com as cláusulas *ad judicium* e *ad judicium et extra*, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando, a mesma, investida nos poderes para o foro em geral e *poderes especiais*, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e os poderes especiais para receber citação, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, assinar declaração de insuficiência econômica, requerer os benefícios da justiça gratuita, recorrer para qualquer Tribunal, bem como substabelecer a presente, no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. O outorgante obriga-se a fornecer ao outorgado todos os elementos indispensáveis às provas que lhe forem solicitadas, com fito de garantir o melhor desempenho do presente mandato.

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:** pagará a título de honorários advocatícios, a importância correspondente a 30% (trinta) por cento sobre o valor da condenação e/ou do crédito obtido pelo ora contratante. O percentual acima estipulado incide sobre quaisquer valores que o(a) contratante vier a receber, inclusive, sobre valores provenientes de liminar e/ou antecipação de tutela concedida(s) nos autos da presente ação. Os honorários de sucumbência que forem recebidos em qualquer processo judicial caberão inteiramente à contratada, sem prejuízo dos honorários contratuais. Serão exigidos os honorários advocatícios no percentual acima descrito na hipótese de desistência da ação, não comparecimento a audiências ou qualquer ato em que a presença do(a) contratante seja indispensável, ou revogação do mandato. É de responsabilidade do(a) CONTRATANTE o pagamento das custas e despesas processuais necessárias ao andamento da ação, quando do indeferimento ou não cabimento do pedido de justiça gratuita. Compete, ainda, ao contratante o fornecimento de provas, documentos e informações que a CONTRATADA solicitar, dentro dos prazos legais, ou fixados pelo juízo da causa, bem como a responsabilidade de manter os dados cadastrais atualizados junto a contratada, sob pena de responsabilidade da lei processual civil.

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA:** DECLARO, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 7115, de 29 de agosto de 1983 e artigos 98 e seguintes do Código de Processo Civil, para os devidos fins, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício do meu sustento e de minha família.

Paudalho, 10 de ABRIL de 2019.

OUTORGANTE

Scanned with CamScanner







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME  
**DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANCA**

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
**9867373 SDS PE**

CPF  
**124.587.724-04**

DATA NASCIMENTO  
**13/11/1996**

FILIAÇÃO  
**JAIR MARTINS DE FRANCA**  
**SILVANA LUCINEA DE OLIVEIRA**

PERMISSÃO  
**PERMISSÃO**



CAT. HAB.  
**AB**

Nº REGISTRO  
**06918165242**

VALIDADE  
**18/09/2018**

1ª HABILITAÇÃO  
**18/09/2017**

OBSERVAÇÕES  
**EAR**

*Douglas Oliveira de Franca*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
**CARPINA, PE**

DATA EMISSÃO  
**19/09/2017**

*Charles Andrews Sousa Ribeiro*  
**Charles Andrews Sousa Ribeiro**  
Diretor Presidente

ASSINATURA DO EMISSOR

**01408334355**  
**PE076398790**

**PERNAMBUCO**

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
**1485287697**



PROIBIDO PLASTIFICAR  
**1485287697**



edipe

CNPJ 09.769.035/0001-64  
INSC. EST. Nº 18.1.001.0014398-2

VENCIMENTO: RUA CAP PEDRO IVO - NUM. - 00053 - CENTRO PAUDA  
LHO PE 55825-000

DADOS DO CLIENTE  
JAIR MARTINS DE FRANCA MATRÍCULA: 103560599 Mai/2018  
R JOAO MOENDA, N. 0020A - - ALTO DOIS IRMAOS PAUDALHO PE 5582  
5-000  
INSCRIÇÃO: 106.133.170.0130-001 GRUPO:11 DEB. AUTOMATICO: 103560599

| SITUAÇÃO ÁGUA<br>LIGADO  | SITUAÇÃO ESGOTO<br>TENCIAL        | RESIDENCIAL                    | QUANTIDADE DE ECONOMIAS<br>COMERCIAL INDUSTRIAL | PÚBLICA |
|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------------------|---------|
|                          |                                   | 1                              |                                                 |         |
| HIDRÔMETRO<br>A11B333565 | DATA LEIT. ANTERIOR<br>07/05/2018 | DATA LEIT. ATUAL<br>06/06/2018 | TIPO DE CONSUMO (A/E)<br>MÉDIA HD               |         |

ÁGUA:  
LEIT ANT: 418 CONSUMO: 4  
LEIT ATU: RECURRENCIA TAXA M  
LEIT FAT: 428

HISTÓRICO DE CONSUMO  
REFERENCIA CONSUMO

| PARAMETROS | NUMERO DE AMOSTRAS         |                     |                    |
|------------|----------------------------|---------------------|--------------------|
|            | EXIG. PORT.<br>MS 2.914/11 | ANALISES<br>REALIZ. | ATENDEN<br>A LEGIS |
| 04/2018 03 |                            |                     |                    |
| 03/2018 05 |                            |                     |                    |
| 02/2018 05 |                            |                     |                    |
| 01/2018 05 |                            |                     |                    |
| 12/2017 03 |                            |                     |                    |
| 11/2017 04 |                            |                     |                    |
| MÉDIA: 04  |                            |                     |                    |

Qualidade de Água: www.compesa.com.br

CBS.: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSENCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS  
(2) OS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO  
RESIDUAL SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA  
(3) OS PARÂMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES  
ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA ÁGUA

| DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS         | CONSUMO | TOTAL (R\$) |
|--------------------------------|---------|-------------|
| ÁGUA                           |         |             |
| RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)       |         |             |
| CONSUMO DE ÁGUA                | 4 M3    | 41,30       |
| MULTA P/IMPONTUALIDADE 04/2018 |         | 0,81        |
| JUROS DE MORA 02/2018          |         | 0,40        |

| TRIBUTOS | BASE DE CÁLCULO | PERCENTUAL (%) | VALOR DO IMPOSTO |
|----------|-----------------|----------------|------------------|
| PIS      | 41,30           | 1,65           | 0,68             |
| COPINS   | 41,30           | 7,60           | 3,14             |

VENCIMENTO: 20/06/2018

TOTAL A PAGAR: 42,51

Scanned with CamScanner



## SINISTRO 3180470579 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANCA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ARUANA

SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANCA

CPF/CNPJ: 12458772404

Posição em 21-12-2018 13:37:22

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

| Data do Pagamento | Valor da Indenização | Juros e Correção | Valor Total |
|-------------------|----------------------|------------------|-------------|
| 01/11/2018        | R\$ 843,75           | R\$ 0,00         | R\$ 843,75  |

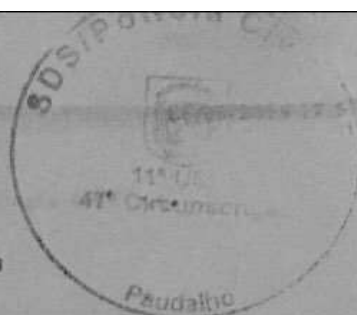
### Histórico das correspondências enviadas

| Data da Carta | Referência           | Ver Carta |
|---------------|----------------------|-----------|
| 25/10/2018    | Interrupção de Prazo |           |
| 17/10/2018    | Aviso de Sinistro    |           |

Scanned with CamScanner







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 047ª CIRCUNSCRIÇÃO - PAUDALHO -  
DP47ªCIRC DINTER1/11ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **18E0137001993**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **28/09/2018** às  
**18:03**

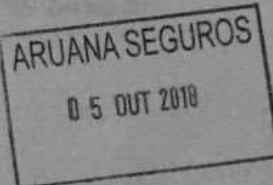
Complemento o BO Número: **18E0137001864**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)**  
que aconteceu no dia **29/6/2018** às **23:30**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICIPIO DE PAUDALHO, 1, VIA LOCAL DA  
RODOVIA BR-402 - Bairro: CENTRO - PAUDALHO/PERNAMBUCO/BRASIL**  
- Ponto de Referência: **PX A UPA**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

NENHUM (AUTOR / AGENTE)  
ARLINDO INOCENCIO FERREIRA (VITIMA)  
DOUGLAS OLIVIERA DE FRANÇA (VITIMA)



Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a)  
Sr(a): **ARLINDO INOCENCIO FERREIRA**

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**ARLINDO INOCENCIO FERREIRA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe:**  
**MARIA DA LUZ FERREIRA Pai: JOSE INOCENCIO FERREIRA Data de Nascimento: 4/4/1966**  
Naturalidade: **CARPINA / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **37182337/SDS/PE (RG).**  
**71306483472 (CPF)** Estado Civil: **CASADO(A)** Escolaridade: **2º. GRAU COMPLETO** Profissão:  
**ENCARREGADO(A)** Telefones Celulares:  
**- 986607845**

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE PAUDALHO, 1, SÍTIO SÃO MANOEL - ALTO DOIS  
IRMÃOS - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - PAUDALHO/PERNAMBUCO/BRASIL, PX A  
GRANJITA**

**DOUGLAS OLIVIERA DE FRANÇA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe:**  
**SILVANA LUCINHA DE OLIVEIRA Pai: JAIR MARTINS DE FRANÇA Data de Nascimento:**  
**13/11/1988** Naturalidade: **PAUDALHO / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos:  
**9867373/SDS/PE (RG). 12458772404 (CPF)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Escolaridade: **2º.**  
**GRAU COMPLETO** Profissão: **TRABALHADOR RURAL** Telefones Celulares:  
**- 991363556**

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE PAUDALHO, 20, RUA JOÃO MOENDA - ALTO DOIS  
IRMÃOS - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - PAUDALHO/PERNAMBUCO/BRASIL**

Scanned with CamScanner



**NENHUM** (não presente ao plantão) - Sexo: **Desconhecido** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTOCICLETA (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **ARLINDO INOCENCIO FERREIRA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **ARLINDO INOCENCIO FERREIRA**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CBR250 RR** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PDV5863** (PERNAMBUCO/PAUDALHO) Chassi: **9C2MC4400HR004969**  
Ano Fabricação/Modelo: **2017/2017** Combustível: **ALCO/GASOL**

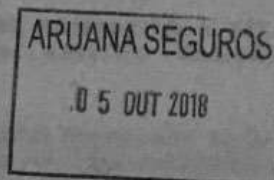
**Complemento / Observação**

COMUNICA O SENHOR ARLINDO INOCENCIO FERREIRA, QUE NO DIA 29.06.2018 ESTAVA NA CONDUÇÃO DE SUA MOTOCICLETA DE PLACA PDV-5863 E JUNTO COM ELE COMO PASSAGEIRO, DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANÇA, QUANDO AO PASSAR PELO LOCAL ACIMA INFORMADO ACABOU PERDENDO O CONTROLE DO VEÍCULO E AMBOS VIERAM A CAIR AO CHÃO. SEGUNDO AS VÍTIMAS, OS MESMOS PROCURARAM ATENDIMENTO MÉDICO NA UNIDADE MISTA NO MUNICÍPIO DE CARPINA JÁ NA MADRUGADA DO DIA 30.06.2018, SENDO DE LÁ TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS EM RECIFE.

**Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial**

*Arlando Inocencio Ferreira*  
**ARLINDO INOCENCIO FERREIRA**  
(VITIMA)  
*Douglas Oliveira de França*  
**DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANÇA**  
(VITIMA)

S.O. registrado por: **JOSE RICARDO RAMOS DE ANDRADE** - Matrícula: **319717-4**





SES/FUSAM  
HOSPITAL GERAL OTÁVIO DE FREITAS

INST. NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA SUS-PE

## ATESTADO MÉDICO

ATESTO que o Segurado RAFAELA OLIVEIRA DE  
FRANCO

portador da Carteira Profissional n.º \_\_\_\_\_ Série \_\_\_\_\_

necessita de 15 (quinze) dias de afastamento  
do trabalho, a partir desta data, por motivo de doença.

c) Diagnóstico \_\_\_\_\_

d) Tratamento \_\_\_\_\_

Deverá retornar ao Ambulatório de: \_\_\_\_\_

Com \_\_\_\_\_ dias ( marcação preferencial, na fila, no dia anterior)

HOF  
HOSPITAL/AMBULATÓRIO

Recife 30/06/08  
LOCALIDADE/ CIDADE

Ass. do Médico - CRM N.º \_\_\_\_\_

NOTA: ESTE ATESTADO É VÁLIDO PARA AS FINALIDADES PREVISTAS NO ART. 86  
DO RGPS, APROVADO PELO DECRETO N.º 60.501 DE 14-03-67 E SERÁ EXPEDIDO  
PARA JUSTIFICATIVA DE 01 À 15 DIAS DE AFASTAMENTO DO TRABALHO

130-HGOF

ARUANA SEGUROS

05 OUT 2018

Scanned with CamScanner





GOVERNO DE  
**CARPINA**  
A FORÇA DO TRABALHO

## DECLARAÇÃO

Atendendo ao requerimento do(a) paciente DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANÇA  
Portador(a) da Cédula de Identidade 9867373 SDS/PE Declaramos para os  
devidos fins que o(a) Paciente acima citado, deu entrada nessa unidade de saúde, vítima de  
acidente de trânsito no dia 30-06-2018 às 21h sendo devidamente  
atendido(a), e em seguida transferido(a) para H.O.F  
Como constado no arquivo de contas médicas.

Unidade Mista Francisco de Assis Chateaubriand  
Av. Conselheiro João Alfredo, S/N, Santa Cruz,  
Carpina-PE

Direção / Assistente Social

**Diretora administrativa**

UNIDADE MISTA  
FRANCISCO CHATEAUBRIAND  
Av. Conselheiro João Alfredo, s/n  
Carpina - PE / CEP: 55.810-000

ARUANA SEGUROS  
05 OUT 2018

**UNIDADE MISTA ASSIS CHATEAUBRIAND**

Avenida Conselheiro João Alfredo - Bairro: Santa Cruz

Carpina-PE 55819-230

(0xx)81 3621-5908

Scanned with CamScanner





Ao Hosp. Otávio de

SENHA - 5458736.

Dois dias de  
21 dias de férias de 2010

59 meses + 11 dias

Após 100 dias de licença

com 1 mês de férias, 2010,

Adams da Companhia.

Do 12/05/10 ao 12/10/10.

Sol. Adv. de 01/10/10.

30/06/16. 1/4

Av. Agamenon Magalhães, s/n, - São José - Carpina - PE / CEP 55.815-060

ARUANA SEGUROS

05 OUT 2018



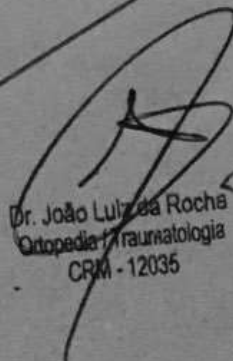
## Laudo Médico

Atesto que Douglas Whitlens de  
França (RG 9.867.373) vítima de  
acidente motociclístico em 29/06/2018,  
sofreu luxações da articulação gleno  
umeral (D/EIS 43.0). Realizou Tratamento  
conservador (medicamentos + imobi-  
lização com Tala). Apresenta-se com  
debilidade funcional de 40% do M.D.  
ALTs médica e fisioterapêutica definitiva.

ARUANA SEGUROS

05 OUT 2018

Nazaré da Mata - PE  
05/10/2018

  
Dr. João Luiz da Rocha  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM - 12035



# HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS EMERGÊNCIA



## 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Atendimento: 781152 Prontuário: 1062625

Nome: DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANCA  
 Data Nasc.: 13/11/1996 Idade: 21 Sexo: MASCULINO Cor: PARDA Religião:  
 CPF: RG: CNS:  
 Endereço: AVENIDA CONFEDERACAO DO EQUADOR  
 Bairro: ALTO DOIS IRMAO Cidade: PAUDALHO Nº: 1  
 CEP: 55825000 Fone: 558191624201 Celular: Estado: PE  
 Acompanhante: Profissão:  
 Nome da Mãe: SILVANA LUCINEA DE OLIVEIRA  
 Nome do Conjuge:  
 Clínica: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Visto  
Nº 02107118  
Non modo  
Celia

## 2 - ATENDIMENTO

Data: 30/06/2018 02:54

Médico: MEDICO PLANTONISTA

Queixa Principal / HDA:

Paciente vítima de queda de moto  
com dor em ombro, cotovelo  
e mão

Exame Físico:

PA: FC: FR:

Ombro em posição  
de dor: subluxação humero-  
umeral

Diag. Provisório:

Lesão de ombro - umeral  
Ombro e cotovelo

Lesão de ombro - umeral  
e cotovelo (D)

Prescrição:

Dieta:

Data

Horário

Dr. Marcelo Larrazábal  
Traumatologia / Ortopedia  
CRM: 17.874 TEOT: 13.343

ARUANA SEGUROS

05 OUT 2018

09.07.18  
Meli de







laudo médico

POUCHES OLIVEIRA DE TRAVEZ  
foi atendido neste serviço  
em 30/09/18.

APRESENTAVA WXACQ OLEO UMBILICAL  
HEMORRAGIA INTRAUTERINA DE  
CIRURGIA.

ENCAMINHADO AO AMBULATÓRIO  
P/ SEGUIMENTO

Dr. Leonardo  
CRM 17.140  
09/10/18

ARUANA SEGUROS  
05 OUT 2018

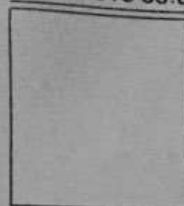


# HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

MANCHESTER\_V2

30/06/2018 03:00



Nome Paciente: DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANCA  
Cód. Paciente: 1062625  
Data de Nascimento: 13/11/1996  
Sexo: Masculino  
Idade: 21  
Senha: FN0006  
Convênio: 2 - SUS - AMBULATORIO  
Atendimento: 781152



30/06/2018 03:00 - NIVALDO CAETANO DA SILVA - COREN: 66325 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - classificação

Prioridade:

AMARELO - URGENTE

or:



AMARELO

Queixa Principal: PACIENTE VÍTIMA DE QUEDA DE MOTO, APRESENTANDO DOR E DEFORMIDADE EM MSD.

Observação: NEGA ALERGIAS.

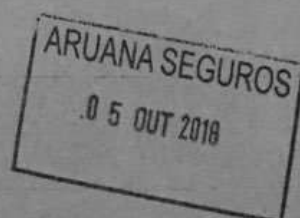
Fluxograma sintoma: PROBLEMAS EM EXTREMIDADES

Discriminador(es): - DOR MODERADA?

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Alergia(s): -

Sinais Vitais Lidos: - RÉGUA DE DOR: 7



Acolhido(a) por: NIVALDO CAETANO DA SILVA

Data: 30/06/2018 03:00

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1

Scanned with CamScanner





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 6ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0028605-55.2019.8.17.2001**

AUTOR: DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANCA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**DESPACHO**

Inicialmente concedo os benefícios da gratuidade da justiça.

Considerando que não existe perícia nos autos a fim de verificar e quantificar na vítima as sequelas resultantes do acidente, deixo de designar a audiência de conciliação prevista no Art. 334 do CPC, tendo em vista ser indispensável para tal finalidade.

Citem-se as partes requeridas para todos os termos da presente ação, podendo, querendo, contestarem o pedido do autor no prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-lhe o disposto no art. 344 do CPC.

Cumpra-se.

Recife, 16 de maio de 2019.

Juiz(a) de Direito



vrsl





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 6ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0028605-55.2019.8.17.2001  
AUTOR: DOUGLAS OLIVEIRA DE FRANCA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 6ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID \_\_\_\_\_, conforme segue transcrito abaixo:

*"[Digite o despacho]"*

RECIFE, 20 de maio de 2019.

**SABRINA SERRANO BARBOSA**  
Diretoria Cível do 1º Grau

